



ACÓRDÃO Nº73/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11390/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** José Ricardo Vieira Trindade (Ordenador de Despesa) e Maria do Perpetuo Socorro da Silva Maia (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 999/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Revelia.
Recomendação. Ofício. Quitação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. José Ricardo Vieira Trindade**, responsável pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, e da **Sra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Maia**, Diretora Administrativa da DPE/AM, no curso do exercício 2015, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda:
- 10.2. **Considerar revel** a **Sra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Maia**, que atuou como Diretora Administrativa e Ordenadora de Despesas da Defensoria Pública, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica desta Corte de Contas).
- 10.3. **Recomendar** à atual e futuras gestões da Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE que:
 - 10.3.1. Elabore Relatórios de Atividades não só referentes às funções dos Defensores Públicos, mas também dos demais atuantes da Pasta;
 - 10.3.2. Com máxima urgência, prossiga com as medidas necessárias à



ACÓRDÃO Nº73/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

alienação dos bens inservíveis abordados na impropriedade nº 5, das restrições arroladas pelo Órgão Técnico, no Voto.

10.4. Oficiar o Ministério Público do Estado do Amazonas, a fim de que tome ciência quanto ao regime adotado no pagamento dos Defensores Públicos, baseado nas Leis Complementares nº 01/90 e 01/2014, para que, se entender necessário, adote as providências cabíveis.

10.5. Dar quitação ao **Sr. José Ricardo Vieira Trindade** e à **Sra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva Maia**, com fulcro no art. 24, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica deste TCE/AM) c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.6. Dar ciência ao Responsável, **Sr. José Ricardo Vieira Trindade**, sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Fevereiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral, em substituição